



Disponível em
<http://www.anpad.org.br/tac>

TAC, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2,
pp. 168-189, Jul./Dez. 2013



Documento Especial:

TAC – Tecnologias de Administração e Contabilidade: Uma Contribuição à sua Discussão Básica

**TAC - Technology in Business Administration and Accounting: a contribution to its
basic discussion**

Pedro Lincoln Carneiro Leão de Mattos

E-mail: pedrolincoln@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco (professor titular aposentado)

Introdução

Em Comunicado aos membros da comunidade ANPAD, aos 27/5/2011, foram anunciados os termos definidores do novo periódico eletrônico que já havia sido lançado alguns meses antes no *site* da Associação, com inovações, como a característica de que os textos aprovados iam diretamente para aquele espaço, ainda que cada número viesse a ter fechamento semestral. Em 2012, aqueles termos receberam substancial ajuste. A Tecnologias de Administração e Contabilidade (TAC), chega a um contexto de cultura acadêmica em que já está, há décadas, uma Revista de Administração Contemporânea (RAC), a RAC-Eletrônica, e em que se consolida a *Brazilian Administration Review* (BAR). Ela deve construir sua própria identidade. Colaborando com tal propósito, este ensaio reflete sobre alguns daqueles termos definidores e se estende em seu contexto. Que anunciam eles de especial nesse cenário de publicações? Que significado pode-se razoavelmente criar para o gesto prático e inovador desse lançamento?

O periódico, apenas iniciado, está em plena formação, que se supõe seja resultado de um diálogo entre todos que por ele se interessarem: leitores, autores colaboradores, corpo de avaliadores e Conselho Editorial. Para isso, também contribuirão a **avaliação pós-publicação**, uma ideia feliz, assim como a inserção de comentários de leitores em sequência ao artigo lido, formas de comunicação direta, hoje presentes na *Internet 2.0*. O objetivo deste ensaio é, por isso, contribuir com a ideia que esses atores hoje fazem da revista – de tal esforço não podendo também estar ausente uma dimensão crítica.

Para que o texto a seguir, marcadamente teórico, possa ter êxito em aprofundar análise sem perder o foco inicial, proponho – permita-me o leitor usar brevemente a primeira pessoa – declarar de início meu *top of mind*, a primeira coisa que me vem à cabeça, quando digo **tecnologia gerencial** ou **tecnologias de administração e contabilidade: soluções-padrão** cientificamente elaboradas **para** problemas da prática gerencial. Explicita-se essa formulação: elas fazem parte do grande gênero técnica, mas são conhecimento elaborado, sob critérios e com autojustificação; a solução-padrão permanece inteligente e criativa, não se trata de ferramenta nem *gadget* administrativo ou contábil; o critério e a subsistência em seus próprios termos excluem a aplicação **cega** e a cópia reprodutiva, normais ao senso comum; a prática, experiência acumulada, prende esse conhecimento à realidade. O núcleo típico da TAC brota da ideia original de técnica, e seus **objetos**, cientificamente produzidos em pesquisa, percorrem um espectro que vai de procedimentos padronizados para garantir intentos de qualquer atividade gerencial, com ou sem uso de linguagens de máquina, até conceitos e modelos **operacionais** que implicam um nível de generalidade e abstração maiores, mas com a mesma estrutura intencional. Contudo, para que não se estreite o alcance significativo de **tecnologia gerencial**, sobre que a TAC publica **estudos**, é preciso criar-lhe contexto adequado, inevitavelmente referente à ciência.

Há, no início do ensaio, um acento na análise do conceito de tecnologia, associado a outro mais amplo e forte, o de técnica, e que introduz a questão central do artigo: a ciência, o científico. Posta sob análise – aqui vinculada ao pensamento de apenas três ou quatro autores clássicos – a questão da qualidade **científica** esconde a secreta ambição de todo pesquisador, o conhecimento único (quicá **verdadeiro**), e, pode contar, sob certo ângulo, a história moderna nos séculos XIX e XX. O mais interessante, no entanto, é ver que, além de motivação, o **científico**, desde que livre de tributos injustificáveis ao totalitarismo da pesquisa empírica, pode tornar-se princípio de novo patamar de criatividade para áreas recentes como a administração. Trata-se, em seguida, do conceito de **acadêmico** tentando deixar-se clara a distinção entre **acadêmico** e **científico**. Depois dessa discussão básica, e dos desdobramentos sobre o uso de expressões-chave que incluem a palavra científico, o artigo se volta para a teoria habermasiana e o lugar epistemológico do contexto comunicativo. Em decorrência, propõe-se a TAC não como veículo da ANPAD, mas como conversação que esta proporciona, na fronteira de seus limites institucionais, entre leitores e autores, papéis intercambiáveis, e que aponta para esferas sociais mais amplas, de que eles fazem parte. Nas conclusões, coletam-se pontos fortes da argumentação ao longo do artigo, tentando-se transformá-los em sugestões práticas para definições editoriais da própria revista.

Tecnologia: Um Conceito como Vetor Confiável. Mas o Que É Tecnologia?

O **T** de **tecnologia** inicia com força o caminho de construção da identidade da **TAC**, presente nos seus documentos de definição e apresentação. Conceito entre os mais enraizados na cultura moderna que vivemos, esse seria um vetor confiável. Mas o que é tecnologia?

Hoje se multiplicam os laços que prendem tecnologia e mercado, em influência direta de mão dupla: as exigências de demanda estimulam os sistemas de produção tecnológica e, no sentido inverso, o marketing transforma potenciais de desenvolvimento tecnológico em bens desejados e dá-lhes direção. Quando mais as relações linguísticas aí envolvidas se intensificam, mais o uso corrente de **tecnologia** força o trabalho teórico de sua delimitação, o que vem acontecendo nas últimas duas décadas.

“Tecnologia é um termo escorregadio, e conceitos como mudança tecnológica e desenvolvimento tecnológico levam muitas vezes uma forte carga interpretativa” (Bijker, Hughes, & Pinch, 1989, p. 3). Mais uma razão para repetir a pergunta: o que é tecnologia? Ela não visa desvendar **essência ontológica** de algo ainda mal conhecido. De um ponto de vista da filosofia pragmática da linguagem, perguntar **o que é** significa **como devo conceber para poder lidar com** – no caso, **tecnologia** e seu conceito, em discursos sobre ela. Ao visar o uso discursivo do termo, chega-se mais aos **contextos** em que este cabe adequadamente. Aqui, a utilidade da pergunta é óbvia: orientaria ambientes científicos, em que o uso adequado da linguagem conceitual faz toda a diferença. Fora disso, os esforços de definir um significado estável e completo para **tecnologia** acabaria frustrando leitores e mesmo autores, como os acima citados.

Assim, Mackenzie e Wajcman (1985, pp. 10-12) propõem pensar-se **tecnologia** sempre dentro de **sistemas tecnológicos**, e tentam uma descrição contextual do uso daquele termo onde haveria **três camadas distintas de significado**. A primeira referindo-se ao nível dos objetos físicos e artefatos (o polímero, p. ex., é uma tecnologia, assim como o produto com ele fabricado, um filme, de uso múltiplo); a segunda, ao nível dos processos e atividades industriais em que eles surgiram como produtos (a tecnologia de produção do polímero); mas a terceira **camada** de significado de **tecnologia** seria centrada nas pessoas: o que elas sabem e são capazes de fazer (alguém expressa, domina e ensina a tecnologia do polímero). Para os autores, a tecnologia com que se trata na prática envolve inseparavelmente esses significados, que funcionam em sistema. No caso da administração e da contabilidade, a tecnologia não deveria referir-se apenas ao terceiro desses aspectos (o *know-how*), mas entendê-lo como relativo a um processo organizacional enraizado na realidade social da organização e na natureza do seu porte, produto ou serviço, e condicionado, inclusive, pelas capacidades do *hardware* e do *software* empregados. Esse caráter integrado de uma tecnologia deve ficar como contexto das análises em torno do termo.

A pergunta **o que é tecnologia** deve, para além de uma resposta direta, de especificação pontual de usos legítimos do termo, levar-nos a campo mais amplo e anterior, incluindo o da filosofia, em que encontraríamos as ideias e as raízes históricas do significado, culturalmente **condensado** no uso presente. Está sedimentada a compreensão de que **tecnologia** se liga, principalmente, à grande ideia de **técnica**, de longa história, e surge no ocidente com a ciência, mais recentemente. **Tecnologia é uma aplicação técnica da ciência**. Essa interpretação é consensual (Sandroni, 2007, p. 824), mas o esclarecimento desses laços históricos técnica – ciência – tecnologia deve gerar, para o último destes conceitos, fidelidade a tal significado básico, que agora nos guiará na reflexão sobre o uso da expressão “tecnologia de administração e contabilidade”. A propósito da referência acima, de Mackenzie e Wajcman (1985), cabe insistir: afirmando aquela interpretação consensual (Tecnologia é uma aplicação técnica da ciência), não se restringe **tecnologia a conhecimento**, mesmo sendo este seu núcleo central, porque este também é o caso de **técnica** e **ciência**, que, além disso, envolvem integradamente realidades sociais e materiais.

Diz Rüdiger (2007, p. 36):

Segundo Friedrich Lamprecht (Manual de Tecnologia, 1787), tecnologia é “a ciência fabril que ensina os fundamentos e meios pelos quais os elementos naturais podem se tornar aptos a satisfazer as necessidades humanas” (Timm, 1971, p. 77). Desde o século XIX é este o conceito que se difunde por todo o mundo, mas já se esboça o triunfo da ideia de que a coisa se trata do conjunto formado por habilidades humanas, máquinas operatórias e estruturas materiais.

Assim, é nos seguintes termos que Rüdiger conceitua **tecnologia** no glossário apresentado ao final da mesma obra:

O conhecimento operacional que designamos pelo termo técnica enquanto se articula com a forma de saber que chamamos de ciência, através da mediação da máquina e, potencialmente, em todas as áreas passíveis de automatização, conforme o define o tempo que a criou, a Modernidade (2007, p. 186-187).

Essa origem da associação entre técnica e ciência no Século XVIII (menção ao *Manual*, de Lamprecht), sem dúvida compelida pela industrialização nascente, é refletida teoricamente no Iluminismo, e sobre ela o mesmo autor (Rüdiger, 2007, p. 37) conclui, citando parcialmente Goffi (1996):

De todo modo, verifica-se que, à época das luzes, a tecnologia passa a ser definida, ao mesmo tempo, como “uma forma especial de técnica (uma técnica científica)”, e como um saber “que toma por objeto a técnica (trata-se de uma ciência da técnica)” (Goffi, 1996, p. 25).

É importante ressaltar esse novo sentido que a ciência ocidental moderna trouxe para a ideia milenar de técnica. No início da nossa cultura, o pensamento grego entendia como técnica toda arte humana elaborada e aplicada ao dado da natureza, e isso não excluía a própria magia. Platão opunha a *technê* humana ao puro acaso (*tyché*) e ao estado natural dos seres (*physis*). Mas o termo que melhor expressava a competência no conhecimento ou perícia, no que quer que fosse, inclusive em tarefas técnicas, era *epistême* – Sófocles, em *Filoctetes*, 1057, fala da arte do arqueiro como *epistême* (Spinelli, 1990, p. 243). Essa unidade do conhecimento foi depois quebrada pela análise de Aristóteles (Ética a Nicômaco, VI, 1139b, 15), que mudou acepções tradicionais e separou a *technê* (saber fazer, executar) da *epistême* (saber racional, sobretudo conceitual), às quais ele acrescia a *phrónesis* (a sabedoria da experiência), a *sofía* (saber metafísico das causas) e o *nous* (intuição, pensamento não discursivo), como as cinco faculdades da alma humana (Armella, 1993, p. 25). A cultura europeia, transferida às colônias, reteve o sentido aristotélico da *technê*, como competência de **fazer** (Vernant, 1990, p. 259).

A técnica surge naturalmente da experiência humana de agir eficazmente, seja em que for, inclusive na arte; assim se aperfeiçoa e espalha, cultura afora, de forma semiotizada **ou não** (Quintanilla, 2005, p. 48). Essa grande manifestação da habilidade humana pode se exercer tanto pelas mãos quanto pela linguagem, no relacionamento, ou apenas no interior da mente, pelo cálculo. Muitas vezes, a técnica se exerce **por** e **com** um método, embora, para filósofos da ciência, como Quintanilla (2005), esses conceitos não se equivalham, implicando, o segundo deles em procedimento desenvolvido mentalmente, de forma intencional. Ele próprio, contudo, é claro em afirmar que a programação de uma máquina, por envolver um objeto concreto, é uma técnica (Quintanilla 2005). Wittgenstein radicaliza a compreensão de todo significado da linguagem como sendo exatamente o resultado do exercício de uma técnica e seu emprego na ação (Wittgenstein, 1953/1996), que a criança aprende na prática. Essa inserção do **significado** na técnica (**exercício** ordenado de uma ação) vale inclusive para as elaborações e demonstrações matemáticas, como analisa amplamente o filósofo (Wittgenstein, 1953/1996). Nessa linha de pragmática da linguagem, e já que, conservando-lhe o sentido original, não se exclui da técnica a criatividade e a plena participação da mente, pode-se afirmar que a montagem de algoritmos e o desenvolvimento de um *software* (uma forma de linguagem) são fundamentalmente técnica, mesmo que institucionalmente incluídas no campo da tecnologia, pela suposição de que ali se aplicam conhecimentos produzidos e organizados como ciência (a informática, a ciência da computação).

Intermezzo (ou “Saltando Logo para o Ponto”): a TAC e a Técnica

Os últimos parágrafos, analisando a ideia de técnica – quase um gênero ou tronco a partir do qual se desenvolveu a de tecnologia como espécie ou ramo – foram estendidos para ampliar e valorizar o conceito de técnica e tocar em dois aspectos da questão, de interesse para a prática seletiva de uma publicação como a TAC. Primeiro, muito do que se desenvolve **em** administração e contabilidade são **apenas** técnicas. Elas não necessitam do aporte de contribuições específicas de ciência; são aperfeiçoamentos da experiência com o auxílio de outras técnicas, inclusive as matemáticas (desenvolvidas muito antes da ciência moderna), e **não** deveriam ser tratadas como tecnologia nem chamadas **tecnologia de gestão**. No entanto, mesmo criadas já por alguém que apenas dominava a prática, **elas deveriam ser objeto de estudo na TAC**, que não tem missão de simplesmente apresentá-las ou divulgá-las. Segundo, não faz sentido pensar em qualquer hierarquia epistemológica entre tecnologia e técnica (sendo esta supostamente inferior) ou entre ciência e técnica, inclusive nos ambientes de tratamento científico da administração e da contabilidade, pois a técnica permeia a ciência e suas tecnologias e há textos científicos **sobre** qualquer das duas (tecnologia e técnica).

Para ensejar conclusões no final deste artigo, cabe insistir neste último ponto. A ciência, toda ciência, precisa de técnicas, usa-as e desenvolve-as no próprio tecido de seus procedimentos, sejam experimentais ou não – para não falar das próprias técnicas estatísticas e das outras de análise. A técnica está sempre presente, mesmo quando é possível falar-se de tecnologia, o que, a rigor, só se poderá estabelecer pelo exame da formulação e da justificativa conceitual da ação, no texto. A estrutura lógica da técnica – identificação e organização (mental e extra-mental) de meios ou movimentos para obtenção sistemática de fins – é a mesma da tecnologia, e seu tipo de objetividade é o mesmo da tecnologia e da ciência.

Mas cabe aqui prevenir um mal-entendido. Ele estaria na pergunta: como, em casos concretos, saber se o que chamamos **tecnologia gerencial** poderia ser **técnica gerencial**? O Custeio ABC é técnica ou tecnologia? O *Balanced Scorecard* deve ser considerado **tecnologia, técnica**, ou ambos? A mesma coisa se diga da Gestão de Portfólio, da Análise *Swot*, do *Data Mining*, do EVA (*Economic Value Added*), do *Strategic Sourcing*, e de dezenas de outros casos, para não mencionar, simplesmente, o sempre crescente conjunto de números, índices com que os resultados da contabilidade e de diversas outras atividades organizacionais são medidos. Com certeza, para tudo isso pode ser dito **técnicas**. Mas para ser dito (apropriadamente) também **tecnologia**, é preciso ver, uma a uma, se a elaboração que as produziu esteve, em grau mínimo que seja, no contexto histórico e metodológico de **ciência**, uma qualidade sujeita a graus. Acrescente-se, a propósito dos exemplos acima, que, para ser mais preciso, usar-se-ia **operação técnica** ou **procedimento técnico** para muitas ações de escopo bem restrito, comumente chamadas **técnicas**.

Ainda sobre o caráter amplo e pervasivo da técnica, lembre-se: há, na elaboração de técnicas, intensa criatividade e plena participação da mente intuitiva em sua aplicação, quando é preciso decidir, pela experiência e por outras formas de percepção da situação, se cabe ou não essa ou aquela técnica, ou mesmo técnica alguma. A técnica comporta uma dimensão estética, a mesma em que um matemático contempla um belo sistema de equações, ou um engenheiro a complexidade de sua máquina em perfeita operação. Sem medo do racionalismo, a administração e a contabilidade precisam voltar a valorizar-se como ambiente epistemológico da técnica e da intuição, e, como que revendo Taylor, seu saber pode ter reconhecimento social, sem depender sempre da qualificação **científico** ou **tecnológico**.

Tecnologia e História Moderna

Voltemos, contudo, a Rüdiger em sua perspectiva histórica que vincula a tecnologia à mudança radical da ciência moderna.

Os fundamentos da técnica, agora, pouco a pouco deixam de residir apenas na práxis criadora, no desenvolvimento da habilidade humana imediata. A concepção da mesma se torna física e matemática. A expressão **tecnologia** paulatinamente inicia seu império enquanto conjunto de discursos que visa se constituir como ciência da construção de meios para produzir efeitos previamente calculados, isto é, ciência da técnica, a técnica da criação e emprego científico de todos os meios de ação possíveis.

Isso é essencial, mas não suficiente. Há um fato importantíssimo a anotar. Fundamentalmente, a ciência **moderna** não inovou em relação à técnica, mas em relação à ciência antiga, até então muito dependente da visão filosófica e religiosa do mundo, sendo o método científico expressão da nova epistemologia. **A grande intenção** da ciência moderna, que alimentou a era industrial, **é a mesma da técnica**. O sentido daquela já estava contido nesta quando, rompendo com a ciência antiga que não interferia na natureza (contemplava-a), a ciência moderna passou a visar o controle e a utilização prática desta. As técnicas que desenvolveu para isso, que passamos a chamar **tecnologias**, condicionaram a ela própria. Com a Revolução Industrial e ao longo dos séculos XVIII a XX, quanto mais a ciência se transferia da construção de um arcabouço teórico de referência para a solução de problemas econômicos, sociais e bélicos, **mais explicitava seu fundo técnico**. Deslocou-se da teoria científica para a patente, **tecnologicizou-se**. Antes: o interesse prático passou a fecundar o interesse teórico-contemplativo (a descoberta do mundo) que se foi transformando em **ciência clássica**, ou seja, a grande sistematização de bases, princípios e hipóteses de trabalho para o desenvolvimento de soluções tecnológicas. Da intenção contemplativa e curiosa da ciência antiga restou relativamente pouca coisa, mesmo assim vista hoje como um *front* criativo da ciência aplicável, de que são exemplos a física teórica e parte das matemáticas.

Assim, a grande intenção do discurso da ciência moderna, que é a mesma da técnica, moldou nossa cultura, ao longo dos três ou quatro últimos séculos. Na análise de Habermas (1968/2005), prolongando o interesse crítico da Escola de Frankfurt, estamos, desde então, diante de **uma nova racionalidade** que penetra todos os setores da sociedade e da cultura e estabelece um padrão instrumental de justificação (o de meios-para-fins): a consciência tecnocrática. E “o núcleo ideológico desta consciência é a **eliminação da diferença entre prática** [organização ética da convivência] **e técnica**” (Habermas, 1968/2005, p. 99, grifos do autor). Hoje, os limites entre ciência e tecnologia estão se diluindo, a segunda, controlada pela ordem capitalista de financiamento da produção, cada vez mais conduzindo a primeira ou absorvendo o trabalho dos que a praticam profissionalmente, e, por isso, consagrou-se, pelo menos de um ponto de vista institucional, a expressão **ciência e tecnologia**.

“Científico” – “Acadêmico”. Uma Distinção Fundamental que o Século XX Nos Permite Hoje Fazer

Conceitos e teoria – é bom lembrar – concentram as grandes tradições de conhecimento. Eles permitem discutir, em poucas páginas, séculos e vidas inteiras de contribuição à pesquisa. É importante aprofundar a discussão teórica de conceitos-chave para a TAC, visando também contribuir não apenas para a homogeneidade da semântica textual da revista, presente, por exemplo, nos termos definidores encontráveis em seu *site*, mas para a consistência prática das decisões editoriais e, em geral, para os rumos desta, vale dizer, para a identidade do fluxo de demanda que a sustentará. Até aqui, para os conceitos de tecnologia e técnica, **a ciência** (ciência moderna) mostrou-se o grande campo subjacente. Ela voltará, a seguir, de forma mais explícita.

Tem-se a seguinte tese: com a profissionalização da prática científica moderna, por um lado, e com o reconhecimento teórico da **societização** da ciência, por outro, **a academia**, uma instituição profissional, tenta atribuir-se o apanágio da **ciência**, tradição de saber que, no entanto, não tem *copyright* nem limites, ainda que possa ter nas instituições acadêmicas seus guardiões. Isso dá lugar à **distinção conceitual e prática**, de suma importância para a TAC, **entre qualidade acadêmica e qualidade científica**. Publicada pela academia de administração e contabilidade no Brasil, ela será

científica não pela iniciativa editorial, que é acadêmica, mas por certa orientação metodológica de sua produção, que não inclui, necessariamente – nem desejavelmente – as características estilísticas e formais da academia, posto que algo historicamente maior, como a cientificidade, sobretudo nas ciências sociais, não repousa em qualquer positividade. A qualidade científica é praticada na instituição acadêmica com aquelas características, mas pode sê-lo com outras em suas áreas limítrofes, inclusive para sua renovação. Como fato incontestável, hoje existe, fartamente, em empresas e organizações de pesquisa governamentais e não governamentais, a prática de padrões científicos de formação de conhecimento. Isso não é academia. Autores dessa origem deveriam ser bem-vindos à TAC. Para suportar estas posições, duas análises são a seguir desenvolvidas, uma voltada para o **científico**, interesse maior do ensaio, outra para o **acadêmico**.

“Científico”

Qual é o uso científico do termo **científico**? Esta pergunta tortuosa deveria ser duplamente reformulada:

- a) em que contexto **especializado** científico é bem usado?, e
- b) qual é o uso **filosófico** adequado do termo científico?.

Estas duas abordagens podem encontrar-se em um ponto que favorece a autonomia da pesquisa em administração e a desafia: **ciências são construções histórico-sociais que se institucionalizam em disciplinas**. Tempos e ambientes culturais criam-nas, sem que haja cânones definitivos de cientificidade ou uma lógica da pesquisa científica, como supunha Popper (1934/2006). Pode-se dizer apenas que há, **neste momento da história**, conjuntos de tradições distinguíveis **pela forma de pesquisar** (algo prático, portanto). Eles estão em franca expansão, desdobramentos internos, coexistência e talvez até experiência de mixagem. Isso também supõe a negação de unidade no método científico⁽¹⁾, a despeito do uso quase informal de **ciência**, no singular.

Sobre (a). Começamos por este último ponto, o de maior alcance, nosso esforço de esclarecer o uso de **científico**. Recuperando uma longa discussão do Século XX, que tentava ora explicar, ora eliminar o dualismo das ciências naturais e sociais, Habermas (1988), no início de *On the Logic of the Social Sciences*, enuncia argumento que desenvolverá depois no Cap. 1:

Este persistente dualismo, que na prática da ciência se dá por aceito, não é mais discutido em termos de **lógica** da ciência. Em vez de ser dirigido para o nível da filosofia da ciência, ele simplesmente encontra expressão na coexistência de dois distintos quadros de referência. Dependendo do tipo de ciência com que se preocupa, a filosofia da ciência toma ou a forma de uma metodologia geral das ciências empíricas ou uma hermenêutica geral das ciências históricas e culturais (Habermas, 1988, pp. 1-2, grifo do autor).

Assim, reforçam-se os argumentos histórico-filosóficos de Chalmers (1994) contra a unidade final ou universal de um **método científico**. Não tem havido tal coisa, mostra ele, nem há razões sustentáveis para que haja. Bachelard (1971/2006) vai na mesma direção quando argumenta contra um “racionalismo integral” (ou uma racionalidade universal), “válida *a priori* para todas as experiências” (p. 113), e quando diz que “no fim do século passado acreditava-se ainda no caráter empiricamente unificado do nosso conhecimento do real” (p. 15).

Grandes esforços classificatórios de práticas de pesquisa têm sido, entre o final do Séc. XIX e o final do Séc. XX, forte argumento histórico contra a pretensão unicista. Boaventura de Sousa Santos (1989) resume, do ângulo da sociologia (ciências naturais e ciências sociais), a forma com tem sido tratada a dualidade (melhor que **dualismo**) no Século XX. Reforçando-lhe as bases epistemológicas, frequentemente pelo confronto com o positivismo, por aí passaram nomes como Weber, Bourdieu, Giddens, além do próprio Habermas. Paradoxalmente, as ciências **empíricas**, ao tratar a sociedade e o

homem, corpo e **mente**, como objetos naturais, praticando uma objetivação da experiência, estimularam a expansão de ciências **hermenêuticas**, fundadas na interpretação de **textos** singulares (manifestações humanas simbólicas) da cultura. Aqui ressalta um fato, lembrado, aliás, por Wittgenstein: temos muito mais chance de compreender por algum tipo de intuição e expressar bem manifestações de nossos semelhantes do que explicar o mundo de nossa experiência externa. Por isso, Husserl fala de **ciências empíricas**, que trabalham com a experiência externa, e **ciências eidéticas**, que trabalham com a imagem interior. Classificação de interesse especial para acentuar que a unidade de método é um postulado unilateral associado ao positivismo, e que a questão é bem outra, é a dos neo-kantianos, sobretudo a de Wilhelm Windelband (1848-1915). Kant fundara metafisicamente (razão pura) postulados da ciência empírica, mas também estabelecera a autonomia da **razão prática**, que orienta a ação. Partindo de Wilhelm Dilthey (1833-1911, ciências da natureza e ciências do espírito), Windelband, em seu *An Introduction to Philosophy* (1921, originais de 1895), fala em **ciências nomotéticas** (observam regularidades para criar leis) e **ciências ideográficas** (descrevem o acontecimento ou objeto em sua singularidade). Para ele, incomensuráveis, nem a lei permite compreender o singular (indivíduo no tempo) nem por este se chega àquela. – De qualquer forma, **ciências**, sempre o acento na pluralidade.

A administração não precisa declarar-se ciência e sair procurando aprioristicamente **onde se encaixa**, nem copiar modelos em seus periódicos de pesquisa. Basta-lhe o progressivo reconhecimento social, por pares, como **disciplina** científica, o que implica, isso sim, **desenvolvimento de identidade**. E a identidade das disciplinas científicas é o argumento (empírico) mais forte contra a unidade (teoricamente insustentável) da ciência. Fora disso, estamos apenas no campo de usos do senso comum e do jornalismo científico, geralmente fixado nas ciências empíricas e até nas *hard sciences*, as mais prestigiadas. Isso será desdobrado pouco adiante.

Sobre (b). Agora, por que perguntar sobre o uso **filosófico** adequado de **científico**? A discussão teórica sobre a prática científica, com intenção de fundá-la **previamente**, ou seja, metafisicamente, teve que ficar fora da própria ciência prevalente à época, a empírica, e, desde Kant, no Séc. XVIII, ou mesmo Descartes, no Séc. XVII, segundo uns, é tratada no âmbito da filosofia, a filosofia da ciência. De fato, seria tautológica qualquer justificativa da ciência pelo próprio método científico, inclusive o da verificação empírica. Mas a ciência tornou-se um imenso problema para a filosofia. Acabou por determinar-lhe rumos novos que dominaram o Século XX, sobretudo com o surgimento da filosofia analítica e do estruturalismo – linguístico, depois também sociológico. Mas a ciência (empírica) não poderia esperar por consensos teóricos capitaneados pela filosofia. E foi isso que aconteceu. Então, foi **praticamente**, ou seja, por seus resultados, não teoricamente, que ela se justificou, seja pela realização de previsões, seja pela eficácia das utilidades práticas desenvolvidas à base daquele conhecimento. As ciências empíricas se mostraram capazes de **“lidar com sucesso com o mundo”** (Chalmers, 1999, p. 208, grifo nosso), só isso. E as tradições de pesquisa não empírica, chamadas por alguns autores **hermenêuticas**, foram desafiadas, ao longo do Século XX, a justificar sua própria prática, inclusive para passar a usufruir do prestígio social e de financiamento ganhos pela pesquisa empírica. A ciência empírica, especialmente, descreve-se (diz as regras como opera), mas não se define (delimita) a si própria, como se tomasse o ponto de vista externo de um observador teoricamente preparado. Sem dúvida, houve a discussão filosófica sobre o uso adequado do termo **científico**. Mas a que chegou? Os esforços mais sistemáticos nesse sentido foram feitos no Séc. XX e seriam bem caracterizados pela referência a Karl Popper (1972/2006; 1934/2006). O projeto teórico deste filósofo de construir uma linha demarcatória precisa entre ciência e não ciência, entre científico e não científico, teria, nos meios especializados, sobrevivido poucas décadas. Larry Laudan, ainda na década de 1990, explicitamente o declara mal sucedido (1996, p. 211).

Conclusão para as letras **a** e **b**, anteriores, que perguntaram sobre o uso científico de **ciência**. Pode ser decepcionante, mas não há critérios seguros para se dizer cientificamente nem filosoficamente **o que é científico**, mas apenas falar descritivamente dos critérios de funcionamento **consensuados** nas diversas comunidades de prática científica que conseguiram consolidar tradição. De outra forma, pode-se dizer com Chalmers (1999, p. 210-211, grifo nosso):

As formas em que somos capazes de **teorizar** sobre o mundo com sucesso, não são algo que possamos estabelecer de antemão por argumentos filosóficos.... Desse ponto de vista, não precisamos de uma categoria geral ‘ciência’, em relação à qual alguma área de conhecimento pode ser aclamada como ciência ou difamada como não sendo ciência.

Lyotard (1984), partindo de uma análise pragmática dos jogos de linguagem, tenta distinguir, do discurso narrativo, a base da qual as culturas se reproduzem e prolongam, o discurso científico, entendido em termos muito amplos. O tipo de legitimação é que os distinguiria, afinal. A competência da narração é **imediate**, não se prende ao referido (objeto do discurso) e está na própria retórica comunicativa, ao passo que na ciência o falante se obriga, em proferimentos denotativos (assertivas com descrição da coisa como ela é em si e por si), a provar por que a coisa é como é afirmada, competência que segue regras. Contudo, diz ele (Lyotard, 1984), essas regras são **consensuadas** dentro da própria comunidade de especialistas e – de forma algo frustrante – não conseguem evitar, no processo de prova, o uso de discursos narrativos.

No entanto, enquanto essa discussão sobre a essência do científico cessava ou se descobria sem mais caminho, outra vingava na segunda metade do Séc. XX, e veio a caracterizar a ideia que hoje predomina de **ciência e científico: a de natureza histórica e cultural**. Koyré (n.d.), Kuhn (2001), Canguilhem (1968), Fleck (1935/2010), entre outros, trouxeram para dentro da filosofia da ciência as evidências dos estudos históricos sobre a ciência, feitos nos 50 anos anteriores, desmistificando virtudes metafísicas no método científico, que o credenciarium, único, a uma verdade ontológica perene. Não há tal coisa, e sim, mais certamente, na metodologia, uma **reconstrução racional** do método (a prática dos cientistas) e da história das ciências (Lakatos, 1987). A ciência é um fenômeno cultural do Ocidente, hoje espalhado em todo o mundo, e que vem se adaptando e mudando rapidamente. Quando o foco se transfere do plano lógico do método científico **para seu plano social** – inclusive pela entrada, de pleno direito, da sociologia do conhecimento pós-Merton (Vessuri, 1989) na grande discussão – é que se encontra uma resposta epistemológica mais satisfatória para a variedade enorme de práticas científicas nas mais diversas disciplinas, fenômeno que se multiplica e se diversifica a cada dia no mundo contemporâneo. Ora, essa é também, para a tecnologia, a opinião de autores que disseram isso da ciência (Collins & Pinch, 2002).

Isso não é diferente para a expansão da pesquisa em administração e contabilidade, seja qual for o tipo de organização que a pratique (acadêmica ou não). Tal variedade, tida agora como legítima, põe a pergunta: o que então permite predicar-se como **científicas/os** tantas disciplinas e tantos centros de pesquisa, se em seus produtos não há algo **positivamente identificável** como diferenciando o científico do não científico (discussão popperiana acima referida)? Esta pergunta está relacionada com uma compreensão formal da cientificidade e de **rigor científico**, adiante aludida, e dá lugar a falar-se de algo indispensável, antes de tirar conclusão prática desta seção para o caso da TAC.

O “Espírito Científico” Hoje

Desde meados do século passado que se vem tornando antológico o trabalho de Gaston Bachelard (1996), *A Formação do Espírito Científico – contribuição para a psicanálise do conhecimento* (original em francês, publicado em 1938 por Librairie Philosophique J. Vrin, Paris). Ele não tenta descrever diretamente o produto científico, mas indireta e subliminarmente caracteriza um **espírito**, um modo de estruturar o saber que tem como constante o fato de procurar sempre distinguir-se da opinião, no sentido de saber corrente, aquele formado pela experiência comumente disponível. “A opinião **pensa** mal; não **pensa: traduz** necessidades em conhecimentos. Ao designar os objetos pela utilidade, ela se impede de conhecê-los” (Bachelard, 1996, p. 18, grifos do autor). Acadêmicos, não menos que pessoas comuns e consultores, estariam expostos a esse risco. Sem adentrar a um juízo de valor quanto ao evidente contexto teórico racionalista-lógico das primeiras décadas do Século XX, de que Bachelard é devedor, mantenhamos o foco no deslocamento que este sábio cientista opera da estrutura lógica para a psicológica (ou psicanalítica, como diz). Supondo do conhecimento científico

uma ideia aberta, ele monta sua análise sobre a descrição de **obstáculos epistemológicos** a remover para tê-lo (a experiência primeira, o conhecimento geral, o verbal, o substancialista, o animista, etc.), pois está certo de que é mais sustentável falar dele a partir do elemento provocador da pesquisa, o problema, cuidadosamente considerado. E prossegue:

Em primeiro lugar é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente este **sentido do problema** que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído (Bachelard, 1996, p. 18, grifo do autor).

Bachelard escreveu isso há mais de 80 anos. A atualidade do que disse vem a revelar-se pela versão atual daquilo que ele, com a tradição, chamava **opinião**; hoje, a **opinião** é dada pela comunicação de massas, o **senso comum** é cada vez mais definido pela mídia escrita ou televisiva, sabidamente influenciada por intenções políticas e mercadológicas – visa-se a um cidadão padrão, um **consumidor padrão**, aquele que, por segmentos, precisa ser levado a pensar, falar e querer coisas semelhantes para viabilizar projetos políticos, produtos e mercados. Hoje, o nível de informação, sobre tudo que é produto das disciplinas científicas, cresce exponencialmente, mas a informação é selecionada, estruturada e expressa em linguagem por uma nova categoria de profissionais: os jornalistas de ciência (**jornalistas científicos**). Então, hoje o espírito científico deve se pôr em relação à **versão jornalística** que procura o conhecimento **imediatamente utilizável** pelo leitor ou telespectador, cliente de seus sistemas comerciais, e, por outro lado, permanece orientada pelo conceito de **notícia**, que exige o inédito, o curioso, o incomum, o diferente de ontem, ou seja, um **novo** produto jornalístico, nominado pela manchete e oferecido ao consumo de públicos-alvo.

O ímpeto científico de se diferenciar, na qualidade do conhecimento, de outro estrato social, cujo saber considera insuficiente é muito profundo, constante, típico, e gera uma dinâmica espetacularmente fecunda para a ciência, que não é cumulativa nem cresce de modo linear. Anteriormente, aludiu-se à natureza histórica e cultural da ciência. É observação histórica, hoje incontestável, que paradigmas de ciência normal têm-se sucedido pela quase negação de anteriores (as revoluções científicas). E, se ampliássemos lentes sobre aquela dinâmica – o que a microsociologia da ciência fez competentemente nas décadas de 1970 a 1990 do século passado – iríamos ver que o impulso de diferenciação na produção de conhecimento tem **uma face interna aos meios acadêmicos**: certa sofisticação da metodologia de pesquisa, cultuada como valor em si e que produz movimento de estratificação interna naqueles meios. Quando o tratamento de um tema se torna senso comum na academia, autores e grupos criam-lhe nova abordagem que os diferencia e anunciam para ele um novo ciclo de **desenvolvimento científico**.

Aqui, como parêntesis, cabe uma ressalva sobre o conhecimento de **consultoria**. Na lógica da diferenciação, não nos apressemos, nós, pesquisadores de administração, em identificar como produto jornalístico, de que caberia afastar-se qualquer conhecimento de consultoria, mesmo que sua divulgação frequentemente siga padrões de mercado, inclusive sua degradação mais comum, a da **panaceia** (Gill & Whittle, 1992). Por um lado, o saber administrativo não é apenas mais uma tecnologia, sendo a consultoria bem comparada à clínica médica (que tem um pé no caso e outro na ciência); é muito mais complexo. Por outro, nos últimos 50 anos, a eficácia do saber de consultoria – por toda parte testada pela exigência de empresários e gestores – não pode ser desprezada ou descartada do campo da epistemologia da administração. Exige responder à pergunta: que conhecimento é este, que promove um estranho tipo de verificação empírica?. Há áreas inexploradas por nós em que se encontram o conhecimento individual, o conhecimento organizacional e a ação humana em contextos organizacionais (Tsoukas, 2005, p. 117). Desde pelo menos os anos de crise na década de 1970, os desafios do mundo da economia e da gestão têm feito pesquisadores bem sucedidos migrar para a consultoria, instrumentalizados por pesquisa (Waterman, Tom Peters, Warren Bennis, Chris Argyris, Edgar Schein, seriam nomes obrigatórios para exemplificar). Estamos ainda no início de uma fase histórica que envolve e desafia a disciplina científica **administração** (ou gestão

organizacional) que, para ela, estará mal preparada se não entender o sentido em que se pretende **científica**.

Sobre isso, e de volta à citação de Bachelard, é próprio às tradições científicas que “o sentido do problema” **seja construído criticamente** (em relação ao senso comum, inclusive o de hoje); que seja reelaborado, não aceito como **descoberto** nos dados imediatos de experiência. O espírito científico é criterioso, introduz critério no conhecimento; discrimina onde comumente se trata como igual; distingue onde comumente se toma por um significado só, e, por isso, é **crítico** – etimologicamente **critério, criterioso e crítico** derivam do mesmo radical grego *κρῖνο* (*krino*), separar, escolher. Esse sentido ou espírito crítico é o que aproxima, da filosofia, a ciência, quando justificadamente nega e em contrapartida afirma. No caso das ciências históricas, hermenêuticas e sociais, o espírito crítico (criterioso) tem implicado sempre, na tradição ocidental, em duas características essenciais: o recurso confiante ao plano da análise (Boer & Sonderegger, 2012) e a prática discursiva como prática argumentativa (Rehg, 2009), sejam quais forem suas bases paradigmáticas e metodológicas.

E o “Rigor Científico”?

Sob esta luz, a ideia do **rigor científico**, crucial para um periódico controlado pela academia, ganha novo sentido. O rigor científico é o próprio espírito crítico na construção do problema, tanto para quem se identifica com as ciências sociais e hermenêuticas quanto para quem prefere estar mais próximo à grande tradição da ciência empírica clássica, presente às ciências sociais através do positivismo. **Rigor** significa, em ciência, **critério rigoroso**, o que é quase um pleonasma. A célebre (e científica) distinção kantiana entre juízos sintéticos e analíticos, ajuda-nos a expressar a essência (o significado duradouro) do rigor como **critério rigoroso**. Julgar situações de conhecimento é **juízo sintético**, mesmo quando exercido através de um longo e metódico **juízo analítico**, e isso já diz muito do lugar secundário da formalística metodológica. Ela não pode ser tal que desfigure e leve a esquecer o essencial. Por isso, também o rigor tem que se enraizar em **uma atitude permanente do cientista, o espírito**; estende-se vida afora, embora tenha formas específicas quando no exercício profissional da pesquisa.

A **criteriosidade** científica, ou seja, o **rigor**, tem sido, historicamente, exercida **na observação**, primária ou secundária, e **na sua expressão**. Milênios tornaram a observação primária (experiência) de humanos cada vez mais cuidadosa. Mas quando, com a dominância, desde o Séc. XVIII, do método das ciências empíricas, em que uma observação verificativa, usada para negar ou aperfeiçoar alguma outra anterior, tornou-se um padrão básico de critério, o significado preponderante de **rigor científico** passou a referir-se a cuidado com detalhes da observação e clareza absoluta com a expressão dela para garantir os limites da afirmação de resultados. Hoje, com a falência do positivismo lógico (Roth, 1987, p. 1), a dimensão formal do rigor perdeu substância. **Rigor** merece uso restrito, sobretudo para quem **não** faz ciência empírica da natureza. E mais: o termo tem sido mal usado a favor do formalismo, da exigência da forma como critério de entrada e barreira discriminante. Fixando-se nas citações e nas convenções de notação científica, muitos pesquisadores acabam esquecendo o que originou os cuidados com a expressão, ou seja, o espírito crítico, criterioso, e perdem o sentido da ciência como criação. A ciência pode então morrer. E, diante desse risco, o tal rigor não tem sentido, seria realmente o *rigor mortis*, a rigidez cadavérica.

Uma **refontização** do conceito de científico não levará, pois, a começar-se por regras rígidas que aplicam à TAC elementos formais de uso em outros campos de ciência. Tem-se, em vez disso, e primeiro, algumas perguntas a responder: o que é ser criterioso na pesquisa de tecnologia de gestão? De que outras ofertas atuais de conhecimento em gestão a pesquisa publicada na TAC precisará distinguir-se, e por quê? Por que não aceitar, na revista, seções de diálogo específico com ideias e produtos conceituais de orientação mercadológica, inclusive para estimular uma progressiva caracterização de formas diversas de saber na área? Quais seriam as convenções mínimas exigidas na submissão do texto, com a pura finalidade de garantir clareza e documentação de fontes? Sem dúvida,

um periódico orientado por respostas criteriosas a essas perguntas poderá ser chamado de científico (e tecnológico) e, com o tempo, assim será reconhecido por outras áreas em que tal qualificação já esteja consolidada.

“Acadêmico”

De volta à discussão principal. Falava-se, alguns parágrafos antes, do momento reflexivo em que a ciência se descobriu como fenômeno social e histórico. Ora, como todo fenômeno social, ela transcende seus agentes e seus métodos e passa a estar nas relações sociais (estruturas) que se constroem a partir de núcleos institucionais relativamente estáveis, centros de prática ou coordenação da pesquisa – aliás, em franca expansão numérica no mundo atual.

E aí se pode começar a falar de **academia**. Referindo-se à ampla série de estudos de já duas décadas, diz Schwartzman (1994, p. 1): “O *survey* da Carnegie Foundation sobre o professorado dá por assente que os professores universitários formam uma profissão distinta. Isso é uma suposição perfeitamente razoável, partilhada por crescente literatura”. Ele vincula a constituição moderna e recente das academias de pesquisadores à formação das profissões medievais (guildas), que evoluíram sob pelo menos três modelos institucionais diferentes no Ocidente: o do profissional liberal, cuja vinculação à determinada universidade era fraca; a do mandarim, de forte vinculação à instituição pública nacional; e a corporativa, mais vinculada a suas próprias instituições de classe. A composição desses modelos produziu diversidades mundo afora, mas tem sido crescente o desenvolvimento de características típicas de profissões regulares no que hoje veio a chamar-se **academia**, denominação derivada de grupos altamente seletivos de profissionais de ciência, que, sobretudo a partir do Séc. XIX, reuniam-se regularmente, quase como clubes fechados, para troca de informação e avaliação de pesquisa de ponta (Academia de Ciências, de Paris, Berlim, Moscou, etc.) ou comunicação de obras literárias (Academia de Letras). Schwartzman e Balbachevsky (2009, pp. 147-149) veem, nas décadas de 1960 e 1970, a expansão e a caracterização profissional da academia no Brasil, sobretudo por iniciativas governamentais. Como o mostram as atividades do projeto CAP (*The Changing Academic Profession*), o tema da academia como profissão continua de interesse internacional (<http://www.open.ac.uk/cheri/pages/CHERI-Projects-CAP.shtml>).

As academias de profissionais de pesquisa adotaram na sociedade moderna as características básicas de profissões regulares. Dentro do conceito maior e já clássico de legitimação social (Berger & Luckman, 1966, pp. 92-128), pode-se entender a maioria das características da profissionalização como um fenômeno social que não cessa de intensificar-se no Séc. XX, quanto mais o conhecimento se especializa (Larson, 1977). O trabalho teórico-empírico sobre as profissões sempre procurou distingui-las de simples ocupações regulares; trata-se de um padrão social típico. Contudo, enquanto Parsons (1939, 1961/2007) deu uma primeira direção ao tema, posteriormente criticada como visão ético-altruísta do profissional ou racional-científica do conhecimento profissional, Eliot Freidson (1983, 1988), um dos pesquisadores mais completos no assunto, afirma o caráter impreciso e variável do conceito de profissão, pela influência direta dos contextos sociais, normativos, e mesmo geográficos em que ocorre. As profissões, e não menos a academia, têm uma retórica própria e sistemas simbólicos legitimadores, inclusive uma dramaturgia, assim como credenciais; têm mecanismos internos de controle e hierarquias, normas (escritas ou não) e valores, ora conservadores, ora adaptativos. Entre suas muitas estratégias de autoproteção estão, sobretudo, a busca de amparo normativo ou financeiro dos poderes públicos. Essa literatura pode ajudar a entender o mundo da academia. Pensando neste, acrescenta Schwartzman:

Supõe-se que partilhem um conjunto de valores comuns, inclusive orgulho de sua competência e posição, assim como o desejo de manter sua ocupação sob controle e supervisão autônomos.... Considera-se que **as profissões são as melhores instituições para preservação e desenvolvimento de tradições técnicas, estímulo à criatividade e competência** (Schwartzman, 1994, p. 1, grifo nosso).

A caracterização acima deixa claro que, diferentemente do científico, o acadêmico não é uma categoria epistêmica, reporta-se diretamente ao sociocultural, não ao cognitivo. Não há **conhecimento acadêmico**, não há **método acadêmico**. Mas, na academia **pode** encontrar-se – ou não – conhecimento e método científicos. Cabe falar-se **rigor científico**, porque **rigor acadêmico** é o que se aplica na triagem de artigos, na escolha e no trabalho dos avaliadores, nas rotinas de bancas e concursos, na diferenciação cuidadosa de periódicos e grupos de pesquisa, etc. A linguagem é a da ciência, não a da academia, que por ela profissionalmente se expressa. A epistemologia progride estudando a ciência, não a academia, embora aquela, como fenômeno social, incorpore, desta, práticas, instituições, praxes (e até trejeitos). A academia de administração e contabilidade, que, nos problemas reais que estuda, limitasse a ideia aberta de ciência, atentaria contra sua maior razão de ser.

Quando, portanto, a TAC procura definir-se epistemologicamente quanto a conteúdos e estilo textuais, deve guiar-se pelos **critérios** do científico – no caso, científico-tecnológico – e quando deve definir iniciativa ou coordenação editorial e mecanismos de controle da qualidade, deve apoiar-se na **experiência** que tem a academia em velar pela ciência. A academia precisa saber-se guardiã, não senhora, do científico, que cultivará com esclarecimento e com respeito a esse inestimável patrimônio cultural da humanidade que a transcende. A TAC é uma revista científica, no sentido essencial e aberto do termo, gerenciada pela academia.

“Pesquisa Acadêmica”, “Pesquisa Social”, “Pesquisa Científica”, “Pesquisa Tecnológica”: o Uso das Expressões e a Livre Construção de Evidências

As expressões correntes **pesquisa acadêmica**, **pesquisa social**, **pesquisa científica**, **pesquisa tecnológica** teriam, à luz e nos limites do que precedem, usos fracos e usos fortes, ou seja, com significados mais e menos suportados por conceituação consistente. Especialmente na academia de administração e contabilidade, as quatro expressões são usadas transversalmente em relação à maioria das onze áreas em que convencionalmente a ANPAD está estruturada.

Enquanto **pesquisa acadêmica**, indica uma prática bem identificada institucionalmente, com normas, padrões e procedimentos garantidos por sistemas de controle formal ou informal, **pesquisa científica** significa uma prática de qualidade sempre discutível e não cabalmente identificável, **mergulhando muitas vezes no acordo intersubjetivo dos pesquisadores** quando, por exemplo, concordam, com bases e razões diferentes, no julgamento de uma tese ou dissertação, de um texto submetido à publicação, do mérito de um projeto submetido a financiamento. É claro que há boa área de interseção entre as duas expressões, pois a ciência também se institucionaliza e a academia busca a cientificidade, mas alguns usos consistentemente diferentes revelam um substrato de diferenciação entre as expressões, que deve ser mantido.

Pesquisa social tem uma conotação metodológica que torna seu uso mais restrito. É quase **pesquisa em ciências sociais**. Essa extensão conceitual menor, que também é da própria pesquisa tecnológica, inclui uma intencionalidade que a distancia desta (a tecnológica) – muitos pesquisadores de nossa área nunca se diriam a fazer **pesquisa tecnológica**, mas se apresentam como **pesquisadores sociais**.

O binômio **pesquisa básica e pesquisa tecnológica** é originário das ciências naturais, tipicamente ao distinguirem as engenharias da física e da química, e surgiu quando as aplicações cresceram a ponto de provocar a aglutinação da pesquisa das teorias sistematizações de que elas eram deduzidas. As ciências sociais não se prestam à mesma lógica dedutiva e aplicativa para práticas profissionais como educação, administração, jornalismo e serviço social.

O esclarecimento de **pesquisa tecnológica**, que interessa especialmente a uma reflexão sobre a TAC, só pode ser obtido em confronto com observação de outra ordem, que se justifica por análise já feita em mais de uma seção acima: ciências são tradições com histórias, formação e contexto

institucional próprio, resultando em disciplinas que se entrecruzam em composições de maior ou menor identidade, com claras conotações regionais e filiações inter-regionais. A administração e a contabilidade em sua curta história no Brasil, que mergulha em afiliações acadêmicas majoritariamente ao eixo teórico de centros norte-americanos e europeus, têm um perfil disciplinar variado e ainda mal definido. São urgentes para elas estudos institucionais reflexivos. Contudo, pela necessidade de estimular a reflexão no caso da TAC, é preciso temerariamente aventar algo sobre aquele perfil e a composição geral da pesquisa entre nós.

A autorrepresentação social da comunidade de pesquisadores de alguma forma liderados pela ANPAD é a de que a fazem ciência social em uma perspectiva aberta à multidisciplinaridade. A ótica e as fontes dos **Estudos Organizacionais** (um esforço de delineamento de campo próprio) são as mesmas da sociologia, admitidas todas as conexões e desdobramentos desta no Século XX, sobretudo a antropologia. A ciência social, a grande novidade da ciência nesse século, surgiu, como se pode ver, pelos seus **pais** ou **clássicos**, em fins do Século XIX e início do XX, a partir de tradições filosóficas e hermenêuticas postas em confronto com a ciência natural moderna triunfante (Giddens & Turner, 1999, pp. 7-21). Por adesão ou por confronto, o positivismo filosófico e logo depois o positivismo lógico condicionaram a formação da teoria social.

Ora, do ponto de vista da intenção do conhecimento – que foi aqui adotado para caracterizar a técnica e a tecnologia, como extensão da ciência moderna – qual é a estrutura da ciência social? – Produzir um discurso explicativo e interpretativo, bastante em si. Tipicamente, ela representa o interesse tradicional, **amoderno**, só parcialmente prolongado na ciência tecnológica moderna, que é produzir um discurso consistente **sobre** o mundo, no caso, o mundo humano e social. Sua problematização pode ser inspirada e motivada por tensões sociais e forças culturais, mas, na denotatividade predominante da linguagem, vê-se que o compromisso não é prático, é teórico. A cientificidade é pragmaticamente identificada como estar-diante-do-mundo como observador atento, curioso, cuidadoso, ficando em segundo plano ou descartada a intenção participativa ou interventora. A pesquisa predominante na academia brasileira é falar **do** mundo das organizações, não intencionalmente **para** ele. Por isso, para o acadêmico, o auditório com que busca acordo (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996) são os seus pares. Por isso, também, o ambiente acadêmico da administração, como está em formação no Brasil, **não tende à produção de conhecimento tecnológico**. A ideia da TAC pode causar aí certa perplexidade, dúvidas e até descrença. Se depender apenas daquele ambiente, é, no mínimo, incerto o futuro da TAC. Para os empreendedores desta, a esperança passa por laços institucionais que sejam capazes de criar com outros ambientes, inclusive profissionais. Disso tratar-se-á a partir da seção seguinte.

Uma nota final a esta seção. Muita confusão entre as expressões aludidas no título dela advém de uma espécie de (lamentável) metonímia: tomam-se **procedimentos** de pesquisa (análises de composição textual, produção de dados e sondagens de opinião com análises estatísticas, anotações de observação participante, gravação e análise de imagens, etc.) como se fossem **método (ou estrutura)** caracterizante de uma pesquisa, estrutura maior de que fazem parte. E aí, referindo-se a eles, alguém diz: a pesquisa acadêmica **é a que** tem isso ou aquilo. Ora, o método ou estrutura do discurso investigativo é definido por sua direção (para quem se investiga). Quando ocorrem em ambiente de ciência, procedimentos de pesquisa, como os acima exemplificados, são estratégias alternativas e facultativas para a produção da evidência. Então, qualquer deles pode ser usado na pesquisa tecnológica que – nunca é pouco recordar – é (faz parte do gênero) pesquisa científica, em quaisquer áreas, e também na de administração e contabilidade.

“De Quem É a Conversação?”

Há uma diferença fundamental entre perguntar **qual é meu público-alvo?** e indagar **de quem é a conversação?**. No primeiro caso, tem-se uma retórica unidirecional: alguém tem um alvo e precisa atingi-lo com a linguagem; é a retórica da publicidade e do marketing; a intenção de fazer meu intento

presente ao outro é, essencialmente, aquilo de que preciso para estruturar minha ação comunicativa, seja ela a de um discurso político, de uma peça publicitária ou de uma estratégia editorial. No segundo caso (de quem é a conversação?), porém, o sujeito está descentrado; pergunta-se pelos envolvidos em uma ação relacional de linguagem, como eles se definem reciprocamente, porque a coisa começa aí.

O confronto dessas duas formulações, no entanto, envolve algo muito mais amplo (e sério) a que se têm dedicado filósofos e sociólogos ao longo do Século XX. Depois de tida, por milênios, apenas como convenção representativa de objetos de experiência no mundo, a linguagem, concebida como **instrumento** de expressão humana individual se viu, de repente, insustentável, em que pese toda a percepção de senso comum construída à base **do primeiro eu penso, eu sinto, e depois falo ou me expresso pela arte**. Na **linguística**, que se desenvolveu fortemente no início do Séc. XX, caminhou-se para estudar a língua como atividade interativa (Koch, 1998, p. 11). Na **ciência empírica**, viu-se que a linguagem dos indivíduos era um fenômeno de sociedade que incluía a moldagem de seu pensamento, seja por evolução genética da espécie, segundo Chomsky, seja por aprendizagem social, segundo Vigotsky e Piaget (Piaget & Chomsky, 1978). E na **filosofia**, quando Habermas (1981/1984, 1981/1987), recuperando, em larga síntese interpretativa, uma das mais fortes tradições do pensamento racional do ocidente, formulou a substituição do paradigma da consciência, às voltas com uma insolúvel dicotomia epistemológica sujeito-objeto, por um paradigma da comunicação, começou recompondo as bases do estudo da ação social, a sociologia. Ele reviu a fenomenologia da relação humana (Husserl) e o interacionismo simbólico (Mead) e aceitou a concepção de linguagem significativa em Wittgenstein, que é a de seguir regras, uma prática social (Habermas, 1971-1972/1997, pp. 19-76). A linguagem pode, sim, ser um simples proferimento inteligível, sem qualquer contexto comunicativo, que integre relações na sociedade; mas “dizer algo a alguém de tal modo que ele compreenda o que foi dito” inaugura ação completamente diferente, uma “ação comunicativa”, uma “ação de fala, real, ou pelo menos imaginada” (Habermas, 1983/1989, pp. 39-40). No coração mesmo do grande argumento habermasiano, repetido por ele em vários de seus escritos posteriores (Habermas, 1996), está o *telos* da linguagem, sua inclinação permanente e universal, que é a **pretensão** (intenção pressuposta) de validade do que se diz, que gera no falante a busca do **acordo** (no consenso alcançado ou no dissenso reconhecido); quem fala precisa do outro, a ele ordena fundamentalmente sua ação e dele tenta compreensão, mesmo que seja para rejeitá-lo ou agredi-lo. No entanto, o discurso em que meu interlocutor entra como quase-meio para que eu realize uma intenção unilateralmente definida por mim (**discurso estratégico**) não realiza o intento da linguagem, mesmo usando bons códigos de fala – é um caso de “insucesso da ação linguística comunicativa” (Habermas, 1990, pp. 70-82).

Assim, a pergunta **de quem é a conversação?** referida à situação institucionalizada de uma publicação periódica que organiza o discurso de autores **para produzir relações típicas com leitores** põe tal situação não apenas em um quadro teórico sólido, o do paradigma da comunicação linguística, afastando relacionamento unidirecional e atributivo (acadêmicos autores apresentando suas pesquisas sobre tecnologias administrativas e contábeis a um público de praticantes), mas pode sugerir a idealização desejável de uma política editorial. Já existem, na RAC e na BAR, uma conversação interna da academia de administração e contabilidade: autores acadêmicos falam a leitores acadêmicos. Agora, quem são ou devem ser os envolvidos na conversação da TAC? Posto que a iniciativa e o controle editorial são da academia, com que públicos prioritários de autores e leitores seria interessante, para ambos, **desenvolver um relacionamento?** O que se buscaria, estrategicamente, com a criação dessa relação linguística que precisa ser eficaz? Como se produziria, então, o **acordo de entendimento**, uma vez que o leitor, **antecipado** por um autor na estruturação de seu discurso, é o **outro**, o ouvinte que desencadeia o processo da comunicação eficaz? Ora, o que, de fato, passa a estar primeiro em questão não são as regras de apresentação correta dos “trabalhos” (Habermas, 1984/1997, p. 75), mas “as condições do entendimento” (Habermas, 1990, p. 79-80), ou seja, as pretensões de validade subentendidas pelo leitor na fala do autor. Este seria o encontro de expectativas e interesses que aconteceria em um contexto de relações **externas** da academia, em que a TAC, de forma específica, pretenderia criar laços. Entre essas **condições de entendimento**, é indispensável, mas secundária, a questão do reconhecimento de códigos (linguagem científica). E acrescenta-se: a identidade da revista só será construída **no sucesso de um relacionamento**, não

propriamente em uma diferenciação por conteúdos típicos, eventualmente não encontrados em outras publicações da ANPAD.

Uma TAC para a Criação de Laços – Diferenças e Oportunidades Institucionais

O **critério** de estruturação acima sugerido, a partir do tipo de **conversa**ção (pessoas/grupos em diálogo), mesmo não sendo ainda uma forma institucional de estrutura, poderia ensejar alguma comparação – algo muito razoável – com outros periódicos mais maduros, mundo afora. Como simples ensejo para uma reflexão, tomem-se aqui dois casos: os periódicos da *Academy of Management* (AoM) e os da *Harvard Business School* (HBS).

A AoM (<http://aom.org/journals/>), tradicional espelho da ANPAD, tem quatro periódicos, nenhum deles incluindo o termo **científico** em suas respectivas definições editoriais, e, no entanto, sem dúvida, alguns deles pelo menos, ou todos, merecendo-o. Dois deles estritamente **acadêmicos**: o *Academy of Management Journal*, destinado à pesquisa de base empírica, e o *Academy of Management Review*, voltado para desenvolvimento de teoria. Dois outros atendem, contudo, interesses específicos de autores: o de educação, pelo *Academy of Management Learning & Education*, e o de lançamento aberto de novas ideias no campo, o *Academy of Management Perspectives*. Note-se que esses periódicos supõem uma comunidade de leitores-autores suficientemente grande para manter-se empresarialmente, incluindo as demais atividades da AoM. Tem-se ali uma **conversa**ção **fechada**, ainda que não exclusiva – os produtos estão disponíveis a quaisquer assinantes dispostos a entrar na linguagem daquela academia. Já no grupo da HBS, tem-se, em torno desta instituição-mãe, de fato uma grande empresa de educação e informação em *management*, a tradicional *Harvard Business Review* (HBR, <http://hbr.org/magazine>), de clientela bem definida: o mundo corporativo, o de consultoria organizacional e o das *business schools*, que já desenvolveram códigos de linguagem bastante homogêneos. Ao lado da HBR, dois outros produtos mais focados em interesses específicos dentro daquela clientela: o *Harvard Business Publishing For Educators* (<http://hbsp.harvard.edu/>), que oferece cursos, publicações e outros recursos pedagógicos, além do tradicional e famoso banco de casos, e o *Working Knowledge* (<http://hbswk.hbs.edu/aboutus/index.html>), um centro de pensamento avançado, voltado para a inovação nos temas de interesse direto ou indireto do *management*. Como se vê, no caso do sistema HBS, o modelo é estritamente empresarial: o negócio (o *management*), a clientela, os produtos, os interesses focados. O conceito de público-alvo lhe cabe, mas não lhe basta.

Essas informações, sem pretender qualquer representatividade em relação ao espectro internacional de instituições de editoria na área de administração e contabilidade, sugerem: (a) uma preliminar para a validade de qualquer comparativo: cada grupo e cada tradição têm seu contexto e sua história institucional, o que garante liberdade de pensamento para um periódico (TAC) que apenas lançou seus primeiros números, e surge de outra instituição, a ANPAD, que nas últimas duas décadas vem, ela própria, reformulando seu elenco de publicações; (b) que os dois modelos acima indicados (AoM e HBS) são orientados para fomentar projetos grupais (uma academia, uma empresa), não **para** promover a relação entre grupos. E aí se pergunta: seria possível uma publicação lançada por um grupo (uma academia, como a brasileira) **para** criar laços com outro grupo (as organizações do sistema produtivo e do governamental)? Qual seria seu interesse, se o **outro grupo** mostra um perfil essencialmente difuso? Por que não poderíamos falar de uma área de objetos comuns, as tecnologias administrativas e contábeis, e de interesses diversos (prática profissional e pesquisa) em relação a eles? Ainda: posta uma motivação empreendedora na TAC, poder-se-ia pensar em uma estratégia **que começasse** por restringir, programaticamente, a intenção de **criar laços** a certo espaço institucional (os mestrados profissionais, por exemplo), mas com capacidade de irradiação progressiva para outros mais difusos no sistema produtivo e governamental? Enfim: por que não ver a TAC no horizonte de relações institucionais da ANPAD com centros empresariais de produção, catalisação e divulgação do conhecimento de conceitos operacionais e boas práticas do *management*? O que torna este horizonte próximo ou distante?

No Comunicado ANPAD – TAC, à Comunidade Acadêmica, de sexta-feira, 27 de maio de 2011, cujos termos não prevaleceram na versão afinal adotada pelo site, lia-se, sobre a nova revista:

Trata-se de uma revista distinta das demais publicações científicas nacionais, já que publica única e exclusivamente conhecimento aplicado, tornando-se assim, naturalmente vocacionada para o escoamento da produção oriunda dos mestrados profissionais e MBAs.

Inspirada nas Portarias Normativas do MEC, de número 7 e 17 de 2009, que regulamentam os mestrados profissionais, o foco da TAC se dá sobre a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos e processos aplicados, por meio da incorporação do método científico. (comunicação pessoal, 27 de maio de 2011).

Em relação aos mestrados profissionais, sobre que ainda há ceticismo, 15 anos depois de detalhadamente regulamentados pela autoridade federal (Portaria CAPES n. 80/1998), não se podem mais contestar duas coisas: (a) que a conjuntura atual da educação profissional no Brasil lhes garante um espaço irrecusável, e que a mobilização de interesses envolvidos reforça politicamente essa garantia – não há como voltar atrás, e, na ANPAD, os mestrados profissionais, mais de 20 afiliados, estão em expansão; (b) que, quanto mais se tenta definir-lhes oficialmente a especificidade de estruturas, controles e programas internos de pesquisa, mais parece ficar claro que o problema pode residir, ao contrário, **do outro lado**, o lado do sistema dito **acadêmico**, fechado e, não raro, ideologizado em relação ao **profissional**.

Enquanto isso, que fazer com a TAC? Recolhê-la à segurança dos procedimentos e padrões acadêmicos? Usá-la, associada prioritariamente aos mestrados profissionais, como instrumento estratégico para tentar um novo futuro nas relações da academia de administração e contabilidade com o mundo do conhecimento profissional? De um ponto de vista estratégico para a revista, o que precede, sobretudo na seção anterior, permitiria colocar o segundo desses dois caminhos. Tratando-se, no entanto, de uma publicação científica (a pesquisa tecnológica tem DNA científico), o ponto de vista teórico apresenta dois desafios maiores: o primeiro, mostrar que a formulação **conhecimento aplicado** já não satisfaz, há décadas, o quadro internacional da produção de conhecimento (Gibbons *et al.*, 1994) e que, talvez há mais tempo, o conceito de ciências sociais **aplicadas** (em relação às básicas ou às puras) supõe uma compreensão epistemológica normativo-hierárquica da ciência não mais defensável; o segundo, **osso duro de roer**, é convencer minimamente a comunidade acadêmica de administração e contabilidade de que há outras formas legítimas de fazer **pesquisa de qualidade científica**, com interesses e formulação externos ao mundo acadêmico.

Conclusões: Recolhendo Pontos e Sugerindo Horizontes

Cabe, primeiro, uma posição modesta a respeito de qualquer contribuição dos estudos da TAC para o mundo da prática profissional. Este não está sequioso à espera deles, sem os quais tem vivido e se desenvolvido. Falando de forma ampla (mas não genérica), poder-se-ia dizer que a grande massa de competências gerenciais com que a maioria das organizações é tocada, na guerra do dia a dia, é formada por experiência acumulada, não por ciência e, portanto, não por tecnologia. Ela é aprendizagem sobre prática, modificando formações linguísticas que podem ter-se originado de ciência, ou não. **Em estado puro**, a rigidez da lógica e da expressão científicas jamais seria capaz de enfrentar a variedade e a complexidade das situações gerenciais não repetitivas. Por outro lado, contribuições originadas em ciência já estão sendo constantemente lançadas neste caldeirão de saberes através dos mais imprevisíveis canais institucionais de informação, dos treinamentos regulares aos eventos e publicações profissionais, e ficando em alguma proporção à disposição de gerentes em sistemas organizacionais decisórios, em redes virtuais ou presenciais, ou mesmo solitariamente. E ninguém sabe **como ou em que medida** tecnologias gerenciais entram naquele **caldeirão** de saberes; como são digeridas, como mudam de linguagem e eventualmente contribuem para resultados desejados. Sabe-se que isso acontece – de outra forma ninguém mais as procuraria – e é preciso

continuar tentando criar compreensões teóricas desse fenômeno essencialmente não automatizado, mas os **produtores** de tecnologia gerencial e contábil, autores da TAC e de outros periódicos, não podem garantir definitivamente resultados de prática nem pretender qualquer ascendência sobre ela. Sabem que podem contribuir. Produzem e oferecem seu produto, imaginando-lhe usos – nada mais. Deixemos, pois, que a **demand**a gerencial realista, situada e imprevisível em seu caminhar com o tempo e a sociedade, seja a soberana desse **mercado**.

Cabe, em seguida, um destaque à técnica. Não há espaço para a TAC onde não há interesse pela técnica e curiosidade investigativa sobre este extraordinário recurso da habilidade humana. Assim, a TAC precisa declarar-se, com orgulho, um periódico a serviço de novas técnicas de administração e contabilidade, publicando **estudos** generativos delas e avaliativos ou críticos de técnicas existentes naquelas áreas, não admitindo, porém, no seu espaço simples apresentações (ou divulgação) de técnicas, chamadas ou não **tecnologia**. O núcleo típico da TAC brota da ideia original de técnica, e percorreria um espectro que pode ser tentativamente desenhado desde os procedimentos padronizados para garantir eficácia, em qualquer área da atividade gerencial até os **conceitos** e **modelos** operacionais, que implicam um nível e generalidade e abstração maiores. Não é obrigatória a predicação, um tanto de moda, de **tecnologias** (gerenciais, contábeis), tomando-se desse termo apenas a acepção de que os estudos publicados pela revista usam, em alguma medida, produtos ou métodos correntes em ciência, e, acima de tudo, revelam espírito científico – o crítico e o criterioso. Isso seria elemento de juízo para os avaliadores dos textos submetidos.

O conceito de tecnologia harmoniza-se com o discurso de intencionalidade para o mundo da prática profissional. O autor da TAC não se dirige a (outro) pesquisador. A pesquisa tecnológica é orientada para identificação e solução de problemas de prática, circunscritos, muitas vezes até localizáveis, e que, por isso, tem destinatários certos, quase que **esperando** o resultado. O acordo daquele autor é com estes, intencionados leitores. Quem representa, por experiência e competência, o interesse da prática profissional em um estudo de tecnologia gerencial, deveria avaliá-lo antes de publicado. Simples assim. O **escândalo** que representaria o credenciamento de um corpo de avaliadores de currículo profissional provado pode simbolizar o dilema essencial da TAC.

A TAC é uma revista científica, no sentido essencial (e aberto) do termo, publicada pela academia de administração e contabilidade no Brasil. A TAC é científica não pela **iniciativa editorial** da ANPAD, uma entidade acadêmica, mas, como já explícito, por certa orientação metodológica de sua produção. Dizer **a TAC é uma revista acadêmica** não seria incorreto – assim como dizer **a Harvard Business Review é uma revista americana** – mas seria uma qualificação circunstancial que, em definições oficiais, pode levar a conclusões distorcidas, como parecem ser, hoje, as excessivas exigências formais para submissão de artigos. Ainda no mesmo contexto, a academia que publica a TAC não pode parecer ignorar o fato de que hoje existe, fartamente, em empresas e organizações de pesquisa governamentais e não governamentais, sobretudo nas economias desenvolvidas, a prática de padrões científicos de formação de conhecimento. Isso não é academia. Autores dessa origem deveriam ser bem-vindos à TAC, o que não pode implicar serem seus textos, sua identidade literária, submetida à identidade literária típica da academia.

A TAC teve, em sua fase inicial, a ideia de estabelecer como critério de seleção a exigência de que as práticas referidas nos artigos tivessem sido **validadas** pelo teste de implantação em organizações e situações reais. Que pensar da ideia? Mesmo interessante e inovativo, o dispositivo desapareceu, talvez por motivos práticos, mas deu lugar à reflexão crítica de natureza metodológica. A TAC não pode passar a ideia de que será um grande acervo de **boas práticas** ou de que ali se encontram técnicas *ready to use*. Aquele critério não é suportado pela ideia de validação em metodologia científica (o que é validado é uma hipótese explicativa), nem distingue, minimamente entre sistemas automatizados e sistemas humanos, a rigor imprevisíveis – o que sabemos desde Hawthorne. Uma conclusão científica sobre uma prática indica que ela é **defensável** enquanto prática, ou seja, que tem razões, inclusive estatísticas, de viabilidade e eficácia, não que isso seja garantido ao usuário em circunstâncias semelhantes. Em metodologia científica experimental, as **circunstâncias** limitam-se à **identificação** da prática tomada como objeto. É o que se chama **condições de teste** ou **condições de partida**. De outra forma, estaríamos em uma acepção de **tecnologia-ferramenta**, que já

deixa o campo da ciência-tecnologia e se refere a puro conhecimento-utensílio, por mais que tal significado seja hoje difundido e já de senso comum.

A intuição inicial de que a TAC teria uma relação importante com **os mestrados profissionais**, via pesquisa, não pode ser abandonada, seja qual for a posição que se dê a essa ideia. A presença de ambos – uma revista como a TAC e os mestrados profissionais – **na** comunidade acadêmica de administração e contabilidade, envolve questões teóricas de identidade: tem sido conflitiva e não pode continuar sem esclarecimento. (Não chamam nossa atenção os dois anos de uma TAC hesitante e a dificuldade de desenvolvimento daquela pós-graduação *stricto sensu*, por décadas, apesar da estruturação normativa federal?) Tal esclarecimento pode vir ao longo de uma cooperação, envolve a teoria e a prática da pesquisa tecnológica, e certamente não levaria a apenas classificar aqueles mestrados como **público-alvo** da TAC. Isso porque, discutindo o projeto TAC, não estamos apenas diante do problema do espaço e da conveniência de um veículo a mais na ANPAD, para ampliar públicos de audiência ou **escoar a produção** da comunidade acadêmica no Brasil. O que há é uma questão maior de comunicação dela (ANPAD) com interlocutores potenciais e certamente mal identificados. Desse novo posicionamento, quem sabe, viria a surgir um novo horizonte de **relacionamentos institucionais estratégicos**, no qual a TAC seria apenas um pequeno instrumento. Com isso, porém, os poucos que hoje pensam nela já teriam encontrado motivação para verem-se muitos no futuro.

Epílogo

O tema tecnologia é suficientemente amplo e forte no mundo de hoje para dar lugar a outros tipos de reflexão, tendo entrado, há mais de meio século, na pauta da filosofia. Heidegger (1955/1977), no já clássico *The Question Concerning Technology and other essays*, perguntava-se “o que é tecnologia?” (pp. 3-35). Não **na resposta**, mas **no** caminho interior à procura de sua essência – **que não é tecnológica**, diz ele – encontraremos um relacionamento livre com ela, que tanto operamos. A tecnologia, que nada tem de neutra, recebe, de entrada, uma concepção antropológica de “criação de meio para” (*contrivance*), que o latim antigo queria dizer com “*instrumentum*” (Heidegger, 1955/1977, p. 5), e isso condiciona toda relação humana com a tecnologia. Mas, continua ele, suponhamos que isso, mesmo correto, não nos leve ainda à essência do nosso relacionamento com ela, tecnologia; pois, dentro de que contexto funciona o *instrumentum*? “Meios e fins pertencem a quê? O ‘meio’ **revela** a causa, aquilo a partir do qual algo é afetado” (Heidegger, 1955/1977, p. 5, grifo nosso) – pergunta e responde o filósofo, cujo pensamento nunca deixa o plano da existência pelo da abstração. E vai à quadrupla ideia de causa, em Aristóteles: o que constitui algo **materialmente** (causa material), o que o caracteriza (causa formal), o que o traz à existência (causa eficiente), e aquilo por onde se orienta (causa final). “Os romanos chamaram ‘causa’ o que os gregos chamavam ‘aitíon’, aquilo em relação ao qual algo ou alguém **passa a dever**. As quatro ‘causas’ em Aristóteles são quatro formas **de se tornar responsável** por algo.” (Heidegger, 1955/1977, p. 6, grifos nossos). E, assim, Heidegger substitui, para a tecnologia, a ideia fácil de instrumento neutro pela de quatro formas decisivas de como alguém que faz tecnologia **se torna responsável** pelo que efetivamente introduz no mundo. Mudou nossa relação com **tecnologia**.

Nota

¹ O ideal filosófico da unidade da(s) ciência(s), de fato originário de Auguste Comte, fundava-se no empirismo (só é válido o conhecimento de base empírica demonstrável, seja por observação seja por verificação) e na lógica matemática do final do Séc. XIX e começo do Séc. XX, liderada por nomes como Frege, Peano, Russell e Whitehead. Segundo tal ideal, o avanço de uma disciplina científica beneficiaria todas as demais. A física, contudo, seria a ciência-modelo (Carnap, R. (1934). *The unity of science*. New York: Kegan Paul.). Ele foi formulado pelo positivismo lógico e apareceu mais claro na série de fascículos da *International Encyclopedia of Unified Science* em 1938, editada por Otto Neurath, Rudolf Carnap e Charles Morris,

líderes do chamado Círculo de Viena, que atingiu o número 20 e parou alguns anos depois, assim como os periódicos que lhe davam suporte (*Erkenntnis* e *Journal of Unified Science*). A unidade da ciência passou a tema clássico, tratado nos grandes manuais didáticos, mesmo que apenas como registro histórico ou objeto de controvérsias históricas do Século XX (Kuipers, T. (Ed.). (2007). *General philosophy of science: Focal Issues*. Oxford/UK: Elsevier; Cover, J. A., Curd, M., & Pincock, C. (Eds.). (2012). *Philosophy of science: the central issues* (2nd ed.). New York: Norton). A presença remanescente, na área de administração, do discurso sobre o **método científico** (Grey *et al.*, 2007), ignorando toda a controvérsia que durante o Séc. XX, dissolveu ao nível de **hipótese discutível** (Putnam, Hilary. *The Unity of Science*, como citado em Cover *et al.*, 2012) a unidade ideal das práticas de pesquisa, é injustificavelmente conservadora e ilude os que entram naquela área sem uma preparação metodológica mais ampla.

Referências

- Armella, V. A. (1993). *El concepto de técnica, arte e producción en la filosofía de Aristoteles*. México: FCE.
- Bachelard, G. (2006). *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1971)
- Berger, P. L., & Luckman, T. (1966). *The social construction of reality: a treatise on the sociology of knowledge*. Garden City, NY: Doubleday.
- Bijker, W., Hughes, T. P., & Pinch, T. J. (Eds.). (1989). *The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology*. Massachusetts: MIT.
- Boer, K., & Sonderegger, R. (Eds.). (2012). *Conceptions of critique in modern and contemporary philosophy*. New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Canguilhem, G. (1968). *Études d'histoire et de philosophie des sciences concernant les vivants et la vie*. Paris: Vrin.
- Chalmers, A. F. (1994). *A fabricação da ciência*. São Paulo: UNESP.
- Chalmers, A. F. (1999). *O que é ciência, afinal?* São Paulo: Brasiliense.
- Collins, H., & Pinch, T. J. (2002). *The golem at large: what you should know about technology*. Cambridge: CUP.
- Fleck, L. (2010). *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum. (Obra original publicada em 1935)
- Freidson, E. (1983). The theory of professions: state of the art. In R. Dinwall & P. Lewis (Eds.), *The sociology of professions: lawyers, doctors and others* (pp. 19-37). London: MacMillan.
- Freidson, E. (1988). *Professional powers: a study of the institutionalization of formal knowledge*. Chicago: UCP.
- Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzman, S., Scott, P., & Trow, M. (1994). *The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*. London: Sage.
- Giddens, A., & Turner, J. (Orgs.). (1999). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP.
- Gill, J., & Whittle, S. (1992). Management by panacea: accounting for transience. *Journal of Management Studies*, 30(2), 281-295. doi: 10.1111/j.1467-6486.1993.tb00305.x
- Goffi, J.-Y. (1996). *La philosophie de la technique* (2a ed.). Paris: PUF.

- Habermas, J. (1971). *Lecciones sobre una fundamentación de la sociología en términos del lenguaje, en Teoría de la Acción Comunicativa: complementos y estudios previos* (3a ed.). Madrid: Cátedra. (Obra original publicada em 1970)
- Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action* (Vol. 2). Boston: Beacon Press. (Obra original publicada em 1981)
- Habermas, J. (1987). *Teoría de la acción comunicativa*. Madri: Taurus. (Obra original publicada em 1981)
- Habermas, J. (1988). *On the logic of the social sciences*. Cambridge, Mass: MIT.
- Habermas, J. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. (Obra original publicada em 1983)
- Habermas, J. (1990). *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1996). *Racionalidade e comunicação*. Lisboa : Edições 70.
- Habermas, J. (1997). *Trabalho e interação: notas sobre a filosofia do espírito de Hegel em Iena* (A. Morão, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1984)
- Habermas, J. (2005). *Ciencia y técnica como "ideología"* (4a ed.). Madri: Tecnos. (Obra original publicada em 1968)
- Heidegger, M. (1977). *The question concerning technology, and other essays*. New York: Harper & Row, Pub. (Obra original publicada em 1955)
- Koch, I. V. (1998). *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- Koyré, M. A. (n.d.). *L'Aventure de la science*. Paris: Herman.
- Kuhn, T. S. (2001). *A estrutura das revoluções científicas* (6a ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Lakatos, I. (1987). *Historia de las ciencias y sus reconstrucciones racionales*. Madrid: Tecnos.
- Larson, M. S. (1977). *The rise of professionalism*. Berkeley: University of California Press.
- Laudan, L. (1996). *Beyond positivism and relativism: theory, method and evidence*. Oxford: Westview Press.
- Lyotard, J.-F. (1984). *The postmodern condition: a report on knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota.
- Mackenzie, D. E., & Wajkman, J. (1985). *The social shaping of technology* (2nd ed.). Philadelphia: Open University Press.
- Parsons, T. (1939). The professions and social structure. *Social Forces*, 17(4), 457-467.
- Parsons, T. (2007). An outline of the social system (1961). In C. Calhoun, J. Gerteis, J. Moody, S. Pfaff, & I. Virk (Eds.), *Classical sociological theory* (2nd ed., pp. 421-440). Malden, MA: Backwell Publishing. (Obra original publicada em 1961)
- Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (1996). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Piaget, J., & Chomsky, N. (1978). *Théories du langage, théories de l'apprentissage*. Paris: Seuil.

- Popper, K. (2006). *A lógica da pesquisa científica* (12a ed.). São Paulo: Cultrix. (Obra original publicada em 1972)
- Portaria n. 080, de 16 de dezembro de 1998. (1999). Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial.
- Quintanilla, M. A. (2005). *Tecnología: un enfoque filosófico y otros ensayos de filosofía de la tecnología*. México, DF: Fondo de Cultura Económica.
- Rehg, W. (2009). *Cogent science in context – the science wars, argumentation theory, and Habermas*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- Roth, P. A. (1987). *Meaning and method in the social sciences: a case for methodological pluralism*. Nova York: Cornell University Press.
- Rüdiger, F. (2007). *Introdução às teorias da cibercultura: perspectivas do pensamento tecnológico contemporâneo*. Porto alegre: Sulina.
- Sandroni, P. (2007). *Dicionário de economia do século XXI* (3a ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Santos, B. S. de (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Graal: Rio de Janeiro.
- Schwartzman, S. (1994). Academics as a profession: what does it mean? Does it matter? *Higher Education Policy*, 7(2), 24-26. doi: 10.1057/hep.1994.15
- Schwartzman, S., & Balbachevsky, E. (2009). *The changing academic profession over 1992-2007: international, comparative, and quantitative perspectives* (Research Institute for Higher Education), Higashi-Hiroshima, Japão, Hiroshima University.
- Spinelli, M. (1990). Epistême e Technê. Sobre a determinação da competência epistêmica grega. *Cadernos de História da Filosofia da Ciência*, 2(2), 239-250.
- Tsoukas, H. (2005). *Complex knowledge: Studies in organizational epistemology*. Oxford: Oxford University Press.
- Vernant, J.-P. (1990). *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Vessuri, H. M. C. (1989). Administrating academic quality in Latin American universities. *Higher Education Policy*, 2, 9-13. doi: 10.1057/hep.1989.37
- Windelband, W. (1921). *An introduction to philosophy* (J. McCabe, Trans.). London: Unwin.
- Wittgenstein, L. (1996). *Investigações filosóficas* [Coleção Os Pensadores]. São Paulo: Nova Cultura. (Obra original publicada em 1953)